



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O problema de infiltrações de água em muitos edifícios construídos há já muitos anos tende a agravar-se. Segundo os respectivos dados estatísticos, até ao dia 30 de Novembro do ano passado, o “Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios” recebeu um total de 9281 queixas, de entre as quais, foram resolvidas 6606, cujos proprietários assumiram o seu dever de reparação. Há 1516 queixas ainda em tratamento e 1159 por resolver, de entre as quais, 255 devido à falta de cooperação nas inspecções por parte dos proprietários das fracções causadoras da infiltração, e 904 queixas devido ao não cumprimento do dever de reparação dos proprietários. Os casos relativos à falta de cooperação por parte dos proprietários são as questões mais difíceis com que se depara o “Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios”.

Alguns residentes apontam que os serviços públicos não dispõem de uma forma de resolver os casos em que as obras de reparação não podem ser efectuadas, apesar de as fontes de infiltração de água terem sido detectadas após investigação, facto que os leva a ter de continuar a sofrer as consequências do problema. No entanto, o Governo manifestou que, neste momento, não existem diplomas legais que confirmam competências aos serviços públicos para aceder à fracção causadora da infiltração, regime de recolha de provas e normas legais regulamentadoras e sancionatórias para



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

situações em que os proprietários não efectuem obras de reparação no prazo definido. O Governo manifestou ainda que as dificuldades no acesso às fracções têm vindo a influenciar a eficácia dos trabalhos desenvolvidos pelos serviços públicos. Assim sendo, resolver o problema da falta de competências dos serviços públicos é uma das principais formas para elevar a eficácia dos trabalhos de tratamento de infiltrações de água.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O regime interserviços para tratamento de infiltrações de água nos edifícios define claramente no ponto “Dever de reparação dos proprietários” o seguinte: “Caso se verifique que o problema das infiltrações de água é devido a drenagens de águas residuais com a intenção de má-fé, a DSSOPT irá tratar do referido caso em procedimento administrativo de obras ilegais”. Aquando da aplicação da lei, como é interpretada a expressão “drenagens de águas residuais com intenção de má-fé”? O caso de infiltração de águas residuais decorrentes da falta de cooperação por parte do proprietário, prejudicando terceiros, isto é, da não realização das respectivas obras de reparação, mesmo sabendo qual é a fonte de infiltração de água, é considerado como um acto de “drenagens de águas residuais com intenção de má-fé”? Pensa então o Governo incluir, no futuro, os casos decorrentes da falta de cooperação para a realização de obras



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de reparação no âmbito dos trabalhos de reparação levados a cabo pelo próprio Governo?

2. O Governo manifestou que só iria realizar directamente obras de reparação quando a higiene estivesse numa situação de alto risco e quando terceiros fossem gravemente prejudicados. No entanto, segundo aquelas queixas, pode constatar-se que, em muitos casos, os imóveis que já não reúnem condições habitacionais não foram classificados pelo Governo como imóveis cuja "higiene esteja numa situação de alto risco". Como é feita então a avaliação do grau de risco da higiene das fracções habitacionais com problemas de infiltrações de água? Quais são, afinal, os critérios adoptados para aquela avaliação? Mais ainda, quando a higiene dos imóveis é classificada pelo Governo como "de alto risco", o imóvel já deve ter causado grandes prejuízos para a saúde mental ou para os bens do proprietário, transformando-se até num risco oculto para a segurança da saúde pública. Assim sendo, os trabalhos de acompanhamento e tratamento a desenvolver no período que decorre desde a descoberta do problema de infiltração de água até à sua transformação num risco oculto revelam-se de extrema importância. Face a esta situação, de que mecanismos dispõe o "Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios" para a identificação da origem da infiltração de água e o acompanhamento dos problemas dessa



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

infiltração? E quais são os mecanismos que prevêm a intervenção do Governo no processo de tratamento dos casos de infiltração de água?

3. Muitos Deputados apresentaram interpelações escritas e orais ao Governo, nas quais lhe solicitam que reveja, quanto antes, a respectiva legislação. O Governo manifestou que ia, o mais breve possível, dialogar com os serviços de justiça para estudar a revisão das leis. No ano passado, o Instituto de Habitação manifestou que tinha prestado a devida colaboração, tendo já apresentado as suas opiniões aos serviços de justiça. Qual é então o ponto de situação dos trabalhos sobre a revisão da respectiva legislação?

28 de Janeiro de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon